

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS

DESPACHO CONJUNTO, DE 29 DE ABRIL, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS E DO GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

O Despacho Conjunto, de 29 de abril, determinou que a obrigação de apresentação da declaração inicial do beneficiário efetivo, relativa às entidades sujeitas a registo comercial que já se encontravam constituídas em 1 de outubro de 2018, poderá ser efetuada, sem quaisquer penalidades, até ao dia 30 de junho de 2019 [\[L\]](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 20.211, DE 18 DE ABRIL, DO GABINETE DA SUBDIRETORA-GERAL DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Ofício Circulado n.º 20.211, de 18 de abril, procedeu ao esclarecimento das dúvidas suscitadas quanto à obrigação constante no n.º 8 do artigo 63º-A da Lei Geral Tributária [\[L\]](#).

DESPACHO NORMATIVO N.º 12/2019, DE 18 DE ABRIL, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

O Despacho Normativo n.º 12/2019, de 18 de abril, procedeu à alteração do Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho, nomeadamente, quanto à suspensão do prazo de concessão de reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado [\[L\]](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 20210, DE 15 DE ABRIL, DO GABINETE DA SUBDIRETORA-GERAL DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Ofício Circulado n.º 20210, de 15 de abril, procedeu à divulgação das perguntas frequentes sobre o artigo 12º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), sob a epígrafe “Regime fiscal aplicável a ex-residentes”, aditado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro [\[L\]](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 35.104, DE 9 DE ABRIL, DA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO E DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS

O Ofício Circulado n.º 35.104, de 9 de abril, determinou as instruções de aplicação do regime de reembolso parcial de impostos para o gasóleo profissional, previsto no artigo 93º-A do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aditado pela Lei n.º 24/2016, de 22 de agosto [\[L\]](#).

NOTA INFORMATIVA, DE 5 DE ABRIL, DA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA

A Nota Informativa, de 5 de abril, estabeleceu a possibilidade de, relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis de 2018, o contribuinte optar por pagar a totalidade do imposto quando o valor do imposto liquidado exceda uma prestação, isto é, 100,00 euros [\[L\]](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 20209, DE 1 DE ABRIL, DO GABINETE DA SUBDIRETORA-GERAL DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Ofício Circulado n.º 20209, de 1 de abril, republicou a tabela das taxas/âmbito da isenção referentes à Derrama Municipal a aplicar ao período de 2018, em substituição da tabela anexa ao Ofício Circulado n.º 20205, de 12 de fevereiro de 2019 [\[L\]](#).

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 56/2019, DE 26 DE ABRIL, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 56/2019, de 26 de abril, reforçou os poderes e os incentivos aplicáveis à cobrança de dívida à segurança social, procedendo à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 84/2012, de 30 de março [\[L\]](#).

PORTARIA N.º 110/2019, DE 12 DE ABRIL, DAS FINANÇAS E INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

A Portaria n.º 110/2019, de 12 de abril, regulamentou os termos e as condições previstas nos números 2, 3, 4 e 5 do artigo 72º do Código do IRS, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 2º da Lei n.º 3/2019, de 9 de janeiro [\[L\]](#).

PORTARIA N.º 99/2019, DE 4 DE ABRIL, DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E ADJUNTO E ECONOMIA

A Portaria n.º 99/2019, de 4 de abril, procedeu à primeira alteração à Portaria n.º 328/2018, de 19 de dezembro, que definiu o regime de certificação de empresas, tendo em vista o acolhimento de nacionais de Estados terceiros que pretendam desenvolver uma atividade altamente qualificada em Portugal [\[L\]](#).